AUDIÊNCIA PÚBLICA - CMO:

Orçamentos Sensíveis a Gênero e Raça
Monitoramento e Controle Social
Participação

REDE ORÇAMENTO MULHER

18 de novembro de 2026.

Um pouco sobre mim...



Carmela Zigoni é Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); Finalizou pós doutorado em 2024 no âmbito do Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica LACT/UnB; Tem especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade de Amsterdã (UvA) e em Avaliação de Políticas Públicas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Atualmente é Assessora Política do Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, ONG que trabalha há 46 anos com a defesa dos direitos sociais e da democracia, com foco no orçamento público.

Atua nas agendas de transparência orçamentária, reforma do sistema político, equidade racial e de gênero, direitos da população quilombola e indígena.

É conselheira no CPS/PR e no CTICC. É assessora do GASC/ONU Mulheres Brasil. Representa o Inesc na Câmara Temática ODS 18 e na Aliança Global por Cuidados. Integra a Rede Orçamento Mulher da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Interseccionalidade nas políticas públicas e no orçamento público (OSGR)



Políticas específicas para mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres jovens, mulheres com deficiência residentes no norte do Brasil, ou mulheres impactadas pela mineração, etc., todos esses qualificadores sinalizam para desigualdades complexas que nem sempre a política pública alcança.

Exemplo: entre 2010 e 2020, o número de feminicídios caiu 10% entre as mulheres brancas e aumentou 54% entre as negras.

Pilares



Metodologia Orçamento & Direitos - Inesc

1. Estado financiado com justiça social
2. Máximo de recursos disponíveis para a realização de direitos
3. Realização progressiva de direitos
4. Não discriminação
5. Participação social

Relatório Balanço do Orçamento







Para o que estamos olhando?

PL: Valor enviado pelo governo ao Congresso Nacional (PLOA)

Dotação Inicial: Valor da autorização de gasto constante da LOA

Autorizado: Valor autorizado pelo Congresso Nacional

Pago: Despesa executada

Restos a pagar: Despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Pago + Restos a Pagar Pagos: o valor pago do orçamento do ano fiscal + o valor dos restos a pagar processados (liquidados).

Programas, Ações e Planos Orçamentários

MINISTÉRIO DAS MULHERES

- 5661 Igualdade de decisão e poder para as mulheres.
- 5662 Mulher, Viver sem Violência.
- 5663 Autonomia econômica das mulheres.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

- Ação 00UZ: Implementação de iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres;
- (PO) 0001: Construção e ampliação de espaços voltados ao atendimento de mulheres vítimas de violência;
- Ação 2F07: Antes que Aconteça - Apoio e estruturação de políticas de autonomia, segurança, treinamento, inovação, pesquisa, desenvolvimento e capacitação e defesa feminina, prevenção, conscientização e combate à violência contra a mulher.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

- Ação: 210W: Apoio à organização econômica e à promoção da cidadania e ao bem viver das mulheres rurais.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

- Programa 5501: Estruturação da Política Nacional de Cuidados;
- Ação 21FQ: Apoio à formulação e gestão da Política Nacional de Cuidados.

Ministério das Mulheres

- **5661 Igualdade de decisão e poder para as mulheres.**
- **5662 Mulher, Viver sem Violência.**
- **5663 Autonomia econômica das mulheres.**

(I) Ligue 180, ou seja, a “porta de entrada” das políticas públicas;.

(II) Casa da Mulher Brasileira, os centros de referência e a Casa da Mulher Indígena: acolhimento e o encaminhamento aos serviços (e, quando for necessário, casas-abrigo).

(III) Promoção da autonomia: romper dependência com o agressor; o que se convencionou chamar de “porta de saída” das políticas públicas.

(IV) Promoção das mulheres nos espaços de poder como parte da mudança cultural necessária para promover a equidade entre homens e mulheres em nossa sociedade.

Desafios e recomendações: Orçamento 2027

Recursos: o NAF impacta a expansão de recursos; Emendas: percentuais mínimos - **LDO 2027** (RP7 e RP9) + avaliação; agências financeiras de fomento - **LDO 2027**; crise climática e gênero - bancos públicos - **LDO 2027**.

Agendas Transversais: incluir como prioridade na **LDO 2027**; correspondência entre planejamento e orçamento; prestação de contas sobre as entregas;

Novo PPA: PPA participativo; etiquetagem do orçamento OSGR; **LDO 2027**: incluir diretriz de correspondência + Relatório A Mulher no Orçamento;

Monitoramento e avaliação: incluir análise ex-ante impactos mulheres e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO - **LDO 2027**

Participação: ampliar o acesso a informação para que a população entenda as políticas como direitos; atualizar e fortalecer os espaços de participação previstos na CF (conselhos e conferências).

@ong.inesc

@inescoficial

/inesctube

@inescoficial

Obrigada

Carmela Zigoni

carmela@inesc.org.br

Para mais informações, visite

www.Inesc.org.br